

"Quem estuda a história da administração da BN verifica que, em cento e trinta e cinco anos de existência, a grande falha de sua organização foi sempre a falta de autonomia, ou melhor, de métodos de administração peculiares ao tipo de serviço que deve prestar. Todos os seus diretores são unânimes em se queixar desse mal congênito." No Relatório de 1946 (p. 29), o mesmo Borba de Moraes desabafa: "A centralização exagerada, a burocracia absorvente, tornam inócua toda e qualquer providência ou iniciativa que se pretende tomar. Medidas das mais simples e superficiais, mobilizam um sem-número de ofícios e despachos. Uma torneira que se quebra e inunda um cômodo do edifício demanda dias e dias de espera para o conserto, tantos são os ofícios e informações necessários para se obter o banalíssimo conserto." Pior é quando essa centralização sai do âmbito das torneiras e afeta os grandes problemas de ordem administrativa, técnica e cultural.

A burocracia estatal sempre foi, em todos os países do mundo, a grande arma dos diversos escalões governamentais – dizem que sobretudo nos países de formação ibérica, como o nosso – para mostrar a sua presença, a sua onipresença e – por que não dizê-lo? – camuflar a sua ineficiência. Compulsando alguns dos documentos mais antigos referentes à BN, poderíamos fazer um verdadeiro e extenso colar de falsas pérolas, cada uma delas representando um ato inútil de interferência descabida das mais altas autoridades do país, do rei, passando pelos imperadores, até os seus regentes, presidentes, ministros, secretários, inventariantes e os mais variados escalões de seus prebostes, todos ansiosos por mostrar os seus quilos ou os seus gramas de autoridade, mandando, se mostrando, as mais das vezes emperrando o andamento das instituições. Algumas dessas pérolas: 20 de outubro de 1811: o diretor, Pe. Dâmaso, se sente na obrigação de pedir instruções a um ministro de S. A. o Príncipe Regente D. João sobre "a que pessoas possamos confiar livros dentro da... Real Biblioteca... e a quem é vontade de S. Alteza que se emprestem"; 22 de novembro de 1822: José Bonifácio acha necessário enviar ao diretor da BN, "como manda Sua Majestade o Imperador", ordens e normas para a confecção de um catálogo de duplicatas e para "a venda do que não